



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



Projeto de Lei N.º 101-2025-Poder Executivo.

Projeto de Lei n.º 176 /2025.

**Autoriza ao Município conceder subsídios, de forma temporária, ao sistema de transporte coletivo urbano.**

**Art. 1º** Autoriza ao Município conceder subsídios financeiros ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano operado sob regime de concessão, permissão ou autorização, com a finalidade de:

- I – garantir a modicidade tarifária aos usuários;
- II – assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados;
- III – compensar desequilíbrios econômico-financeiros provocados por fatores extraordinários, como crises sanitárias, econômicas ou redução significativa de demanda;
- IV – custear total ou parcialmente gratuidades previstas em legislação municipal, estadual ou federal;
- V – apoiar políticas públicas de inclusão social, acessibilidade, sustentabilidade e modernização do sistema.

**Art. 2º** Os subsídios poderão ser concedidos por meio de:

- I – aportes financeiros diretos ao sistema;
- II – repasses destinados a custear ou compensar gratuidades tarifárias;
- III – complementação de receita operacional para manutenção da oferta de viagens e linhas;
- IV – utilização de recursos oriundos de convênios, transferências voluntárias, emendas parlamentares estaduais ou federais, individuais ou de bancada, destinados a este fim; e
- V – outras modalidades definidas em regulamento, observada a legislação vigente.

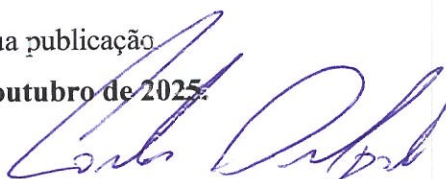
**Art. 3º** O valor e as condições de concessão dos subsídios previstos nesta Lei deverão ser fixados anualmente, por lei orçamentária, crédito adicional ou ato específico do Poder Executivo, sempre acompanhados de:

- I – estudo técnico demonstrando a necessidade e a proporcionalidade do subsídio;
- II – análise de impacto orçamentário-financeiro; e
- III – observância às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, conforme preceitua a alínea “a”, do inciso I do art. 30 da Lei Orgânica do Município, estabelecendo critérios de cálculo, forma de repasse, fiscalização, transparência e prestação de contas dos recursos destinados ao subsídio.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 9 de outubro de 2025.

  
**Carlos Alberto Delgado de David,**  
Prefeito Municipal,





## JUSTIFICATIVA

Encaminho à apreciação desse egrégio Poder Legislativo o incluso **Projeto de Lei n.º 196/2025** que “**Autoriza ao Município conceder subsídios, de forma temporária, ao sistema de transporte coletivo urbano.**”

A proposta busca dar segurança jurídica para que o Município possa instituir subsídios financeiros temporários, ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano, como medida de facilitar e garantir a modicidade tarifária, a continuidade e a melhoria da qualidade de um serviço público essencial, seja para equilibrar contratos, manter tarifas acessíveis ou atender situações emergenciais.

Vale reportar que o transporte coletivo urbano possui natureza de serviço público essencial (art. 30, V, da Constituição Federal), sendo de competência do Município sua organização, prestação direta ou indireta, regulamentação e fiscalização. Nesse contexto, cabe ao Poder Público adotar instrumentos de política tarifária que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro da prestação do serviço, compatibilizando a sustentabilidade do sistema com o interesse público e a proteção dos usuários.

Importa, ainda, destacar que a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal n.º 12.587/2012) estabelece, em seu art. 4º, que o transporte coletivo deve ser organizado segundo os princípios da acessibilidade universal, equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público e eficiência na prestação dos serviços, além de prever, em seu art. 8º, a possibilidade de utilização de subsídios públicos como mecanismo legítimo para garantir a modicidade tarifária, desde que observados critérios de transparência e controle social.

A experiência recente em diversas cidades brasileiras — como Porto Alegre, Canoas, Gramado, Alegrete, Parobé e Pedro Osório — demonstrou que o subsídio público ao transporte coletivo urbano não se trata apenas de ato discricionário, mas de medida necessária para assegurar o cumprimento de deveres constitucionais e legais, notadamente em situações de desequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de variações abruptas na demanda ou de eventos excepcionais, como crises econômicas e sanitárias.

A presente proposição prevê, de modo expresso, que os subsídios poderão ter diversas fontes, inclusive recursos provenientes de convênios, transferências voluntárias e emendas parlamentares estaduais ou federais, individuais ou de bancada, ampliando as possibilidades de captação de receitas e mitigando a dependência exclusiva do orçamento próprio do Município. Essa previsão está em consonância com o art. 160, parágrafo único, da Constituição Federal, que permite a vinculação de transferências para manutenção e desenvolvimento de serviços públicos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



A proposta observa ainda os princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade fiscal, ao condicionar a fixação anual dos valores a estudos técnicos e à demonstração de impacto orçamentário-financeiro, conforme previsto na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Em síntese, este Projeto de Lei busca dotar o Município de Uruguaiana de um instrumento legal adequado para atender aos desafios contemporâneos da mobilidade urbana, viabilizando o custeio parcial do sistema de transporte coletivo urbano de modo planejado, transparente e sustentável, em benefício direto da população, especialmente das parcelas mais vulneráveis que muito dependem desse serviço público.

Diante de todo o exposto, e, confiante na pronta atenção de Vossa Excelência e demais pares, pela proeminência da matéria e consonância com o interesse público.

**Atenciosamente,**

**Carlos Alberto Delgado de David o,**  
Prefeito Municipal.